

# Ideias Sobre Policiamento



Parceria:



Ideias sobre Policiamento (no original *Ideas in American Policing*) é uma publicação da Police Foundation dos EUA, traduzidos para o português pelo Instituto Cidade Segura com a autorização da instituição americana. A série apresenta textos de referência de alguns dos mais importantes pesquisadores em Segurança Pública, abordando as descobertas científicas mais recentes na área. O ponto de vista deste artigo é o do autor e não representa, necessariamente, a posição oficial da Police Foundation.

A série completa em inglês está disponível on-line em [www.policefoundation.org](http://www.policefoundation.org) e as traduções de algumas edições em português em [www.cidadesegura.com.br](http://www.cidadesegura.com.br)

## *Policiamento Baseado em Evidências*

Lawrence W. Sherman\*\*

### Resumo

O novo paradigma da "Medicina baseada em evidências" tem implicações importantes para o policiamento. Ele sugere que apenas fazer pesquisas não é suficiente e que são necessários esforços pró-ativos para impulsionar as evidências acumuladas em pesquisas para a prática através de diretrizes nacionais e comunitárias. Essas diretrizes podem focar avaliações internas sobre o que funciona melhor nas agências, unidades e entre os próprios policiais ou com as vítimas de crimes. Padronizações sobre os fatores de risco que moldam o crime podem fornecer comparações adequadas entre as unidades da polícia, incluindo classificações nacionais das agências policiais por sua eficácia de prevenção ao crime. O exemplo da violência doméstica, para o qual a pesquisa do Instituto Nacional de Justiça poderia levar a diretrizes baseadas em evidências, ilustra a maneira pela qual a pesquisa de resultados baseada em agências poderia reduzir ainda mais a violência contra as vítimas. A pressão nacional para adotar esse paradigma pode vir de estudos de classificação de agência, mas a capacidade da agência policial para adotá-lo exigirá novos sistemas de dados criando "prontuários médicos" para vítimas de crimes, auditorias anuais de sistemas de denúncia de crimes e "políticas de evidências" que documentem os padrões e os efeitos das práticas policiais à luz da pesquisa. Essas análises podem então ser integradas no modelo de gestão como o Compstat<sup>1</sup> adotado pela NYPD, para responsabilização dos gestores e melhoria contínua da qualidade.

\*Lawrence W. Sherman é o mais importante pesquisador mundial sobre Segurança Pública baseada em evidências. Em 1997 coordenou estudo solicitado pelo Congresso dos EUA sobre as evidências disponíveis sobre redução da violência, o que resultou no livro "O que funciona, o que não funciona e o que promete" (What Works, what doesn't and what promise", no qual sistematizou junto com seus colegas mais de 600 estudos de alta qualidade científica, que se tornou uma referência na área. Atualmente Sherman é Diretor do Centro de Policiamento baseado em evidências da Universidade de Cambridge e professor emérito do Departamento de Criminologia e Justiça Criminal da Universidade de Maryland. Ele foi o diretor de pesquisa da Police Foundation de 1979 até 1985.

De todas as ideias sobre policiamento, uma se destaca como a força mais poderosa para a mudança: as práticas policiais devem basear-se em evidências científicas sobre o que funciona melhor. No início deste século, a parceria do chefe de polícia de Berkeley, August Vollmer, com a sua universidade local, ajudou a gerar essa ideia (CARTE and CARTE 1975), que foi claramente derivada da expansão do método científico dessa época em Medicina, gestão, agricultura e muitos outros campos (CHEIT, 1975). Embora a ciência tivesse maior impacto inicial nessas outras profissões durante a primeira metade do século, o policiamento nas últimas décadas vem se movendo rapidamente para recuperar o atraso. No entanto, qualquer avaliação dessa ideia no policiamento moderno deve começar com uma referência precisa: sobre o que queremos produzir conhecimento? Uma evidência mais completa sobre a ligação entre pesquisa e prática sugere um novo paradigma para a melhoria da polícia e para a segurança pública em geral: a prevenção de crime deve ser baseada em evidências.

Durante anos, eu (1984, 1992) e outros empregamos a Medicina como o exemplo de uma profissão baseada em fortes evidências científicas. Elogiei a Medicina como um campo em que os praticantes têm treinamento avançado no método científico e estão atualizados com a evidência de pesquisa mais recente pela leitura de revistas médicas. Citei, para isso, o grande conjunto de experimentos controlados e randomizados em Medicina -

agora estimados em quase um milhão de impressos (SACKETT and ROSENBERG 1995) - como a evidência científica altamente rigorosa usada para orientar as práticas médicas. Ele sugeriu que o policiamento deveria se parecer mais com a Medicina.

Eu estava certo sobre a necessidade de mais experiências com amostras aleatórias em policiamento, mas errado sobre quanto a Medicina era realmente baseada em pesquisas científicas. Novas evidências mostram que os médicos resistem à mudança de práticas baseadas em novas pesquisas tanto quanto a polícia, se não mais. Um exame mais aprofundado revela que o medicamento é um campo de batalha entre pesquisa e prática, com lições úteis para o policiamento sobre novas formas de promover pesquisas. Essas lições provêm de uma nova estratégia chamada "Medicina baseada em evidências",<sup>1</sup> "amplamente saudada como o longo elo de pesquisa e prática" (ZUGER, 1997) para resolver problemas como o seguinte (MILLENSON, 1997, 4:122-31):

. Estima-se que 85 por cento das práticas médicas permanecem não testadas por evidências de pesquisa;

. A maioria dos médicos raramente lê as 2.500 revistas médicas disponíveis e, em vez disso, baseia sua prática no costume local;

. A maioria dos estudos que orientam práticas utiliza projetos de pesquisa fracos e sem amostras aleatórias.

---

<sup>1</sup> The term "evidence" in this monograph refers to scientific, not criminal, evidence.

A Medicina, de fato, parece tão resistente ao uso de evidências para orientar a prática quanto os campos com requisitos educacionais mais baixos, como o policiamento. As diretrizes de consenso do *The National Institutes of Health* (NIH) são um exemplo. O NIH convoca conselhos consultivos para emitir recomendações de médicos que se baseiam em avaliações intensivas de evidências de pesquisa em práticas médicas específicas. Essas recomendações geralmente recebem publicidade extensa e são reforçadas por correspondências dos resumos de diretrizes para cerca de cem mil médicos. Mas, de acordo com uma avaliação da RAND, os médicos raramente mudam suas práticas em resposta à publicação dessas diretrizes (KOSECOFF *et al.*, 1987, *apud* MILLENSON, 1997). Assim, três anos após pesquisa ter descoberto que pacientes com ataque cardíaco tratados com antagonistas de cálcio eram mais propensos a morrer, os médicos ainda prescreviam esse medicamento perigoso para um terço dos pacientes infartados. Oito anos após se demonstrar que antibióticos curavam úlceras, 90 por cento dos pacientes com úlcera não eram tratados com antibióticos (MILLENSON, 1997:123-25).

## O Policial de evidências

A luta para mudar a prática médica com base em evidências de pesquisa tem uma longa história, com implicações valiosas para o policiamento. Na década de 1840, Ignaz Semmelweiss encontrou evidências de que a morte materna no parto poderia ser reduzida se os

## *Uma maneira de descrever as pessoas que tentam aplicar a pesquisa é o papel do "policial de evidências"*

médicos lavassem as mãos antes de entregar bebês. Ele tentou, então, aplicar esta pesquisa à prática médica em Viena, o que levou a sua expulsão da cidade pelo obstetra-chefe. Centenas de milhares de mulheres morreram porque a profissão se recusou a cumprir suas diretrizes baseadas em evidências por cerca de quarenta anos. A história mostra a distinção importante entre meramente fazer pesquisas e tentar aplicar pesquisa para redirecionar práticas profissionais.

Uma maneira de descrever as pessoas que tentam aplicar a pesquisa é o papel do "policial de evidências". Mais como um policial de trânsito do que como o detetive Javert, personagem de Victor Hugo, o trabalho do policial de evidências é redirecionar a prática através de conformidade e não de punição. Embora este trabalho possa ser tão desafiador quanto nadar contra a correnteza, ele ainda consiste em apontar profissionais para praticar "dessa maneira, não assim". Como em todos os policiais, a taxa de sucesso para este trabalho varia muito. Felizmente, as falhas iniciais de pessoas que tentaram, como Semmelweiss, abriram o caminho para um maior sucesso na década de 1990.

Considere Scott Weingarten, M.D., do Hospital de Cedars-Sinai, em Los Angeles.

Como diretor do Centro de Pesquisa em Serviços de Saúde Aplicada do hospital, Weingarten é um "policial de evidências" em residência. Seu trabalho é monitorar o que os 2.250 médicos estão fazendo aos pacientes do hospital e detectar práticas contrárias às recomendações com base em evidências de pesquisa. Ele faz isso através de instigação em vez de castigo, convocando grupos de médicos que tratam doenças específicas para discutir a evidência da pesquisa. Esses grupos, então, produzem suas próprias diretrizes de consenso para práticas que se tornam políticas hospitalares. Trinta e cinco desses conjuntos de diretrizes foram produzidos nos primeiros quatro anos de Weingarten no trabalho (MILLENSON, 1997:120).

O que NIH, Weingarten e os fundadores de 1995 da nova revista chamada Medicina Baseada em Evidências estão tentando fazer é impulsionar a pesquisa para a prática. Assim como o policiamento tornou-se mais proativo em lidar com o crime, os pesquisadores estão se tornando mais proativos sobre lidar com a prática. Essa tendência se desenvolveu em muitos campos, não apenas na Medicina. A pressão crescente para "reinventar o governo" para que ele se concentre em resultados

mensuráveis é refletida na Lei de Resultados do Desempenho do Governo dos Estados Unidos de 1994 (GPRA), que exige que todas as agências federais apresentem relatórios anuais sobre indicadores quantitativos de suas realizações. A educação está sob crescente pressão para aumentar os resultados dos exames como prova de que as crianças estão aprendendo, o que levou a uma maior discussão da evidência de pesquisa sobre o que funciona na educação (RASPBERRY, 1998). E o Congresso dos EUA exigiu que a eficácia dos programas de prevenção de crime financiados pelo governo federal seja avaliada usando "padrões e metodologias rigorosos e cientificamente reconhecidos" (HOUSE, 1995, art.116). Tudo isso prepara o cenário para um novo paradigma que promove a utilidade da pesquisa para o policiamento como até então nunca se havia cogitado.

### **Questões chaves**

Ao sugerir um novo paradigma chamado policiamento baseado em evidências, há quatro questões-chave para responder: o que é isso? O que há de novo nessa abordagem? Como ela se aplica a um exemplo específico de prática policial? Como tal paradigma pode ser institucionalizado?

### **O que é?**

O Policiamento Baseado em Evidências é o uso da melhor pesquisa disponível sobre os resultados do trabalho da polícia para implementar diretrizes e avaliar agências, unidades e funcionários. Falando em palavras

mais simples: o Policiamento Baseado em Evidências usa pesquisa para orientar práticas e avaliar profissionais. Ele usa a melhor evidência para moldar as melhores práticas. É um esforço sistemático para analisar e codificar a experiência não sistemática como base para o trabalho policial, refinando-a através de testes sistemáticos contínuos de hipóteses.

A avaliação das operações em curso tem sido o elo perdido crucial em muitas tentativas recentes de melhorar o policiamento. Se é verdade que a maioria dos trabalhos policiais ainda tem que ir "além do 190"<sup>2</sup> (SPARROW, MOORE and KENNEDY, 1990), a razão subjacente pode ser a falta de sistemas de avaliação que vinculem claramente diretrizes baseadas em pesquisa e resultados. É somente com essa adição que o policiamento pode se tornar uma instituição pensante ou inteligente, melhorando continuamente através de avaliação permanente.

A premissa básica da prática baseada em evidências é a de que todos temos direito a nossas próprias opiniões, mas não aos nossos próprios fatos. No entanto, abandonados a sua própria prática, os profissionais das mais diversas áreas apresentam seus próprios "fatos", que muitas vezes se revelam errados. Uma pesquisa recente de 82 médicos do Estado de Washington encontrou 137 estratégias diferentes para o tratamento de infecções do trato urinário (BERG, 1991). Sem dúvida, o mesmo resultado pode

ser encontrado para lidar com violência doméstica. Um estudo avaliando a precisão dos diagnósticos de inflamação de garganta com base em exame não estruturado por pediatras experientes encontrou uma lista de verificação sistemática muito menor e baseada em evidências usada pelos enfermeiros. O poder mítico da sabedoria subjetiva e não estruturada deprecia todos os campos e evita a descoberta e a implementação sistemática do que funciona melhor nas tarefas repetidas.

Um excelente exemplo do poder das avaliações sistemáticas e contínuas vem novamente da Medicina. Em 1990, o Departamento de Saúde do Estado de Nova York começou a publicar taxas de mortalidade por cirurgia de revascularização miocárdica agrupada por cirurgiões e por hospitais. Esta ação foi motivada por pesquisas mostrando que, embora a taxa de mortalidade média estadual fosse de 3,7%, alguns médicos chegavam à taxa de 82%. Além disso, depois de ajustar o risco de morte pela condição de pré-operação do paciente, os pacientes apresentaram 4,4 vezes mais probabilidades de morrer em cirurgia nos piores hospitais do

que nos melhores. Apesar da enorme oposição dos hospitais e dos médicos, esses dados se tornaram públicos, revelando um efeito de prática forte: quanto mais operações realizadas a cada ano, por médico e por hospital, menor a taxa de mortalidade ajustada ao risco. Usando esta clara correlação para impulsionar cirurgiões e hospitais de baixa frequência para fora desse negócio, os hospitais conseguiram baixar a taxa de mortalidade nessas operações em 40% em apenas três anos (MILLENSON, 1997:195).

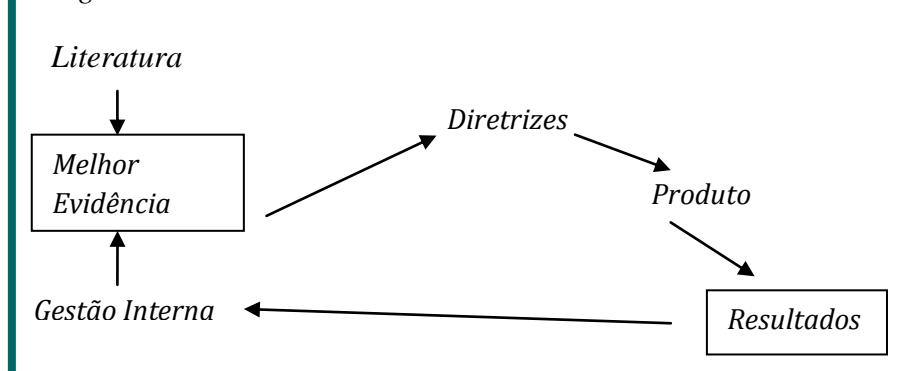
O Policiamento Baseado em Evidências utiliza dois tipos de pesquisa muito diferentes:

a) pesquisa básica sobre o que funciona melhor quando implementado corretamente em condições controladas e

b) pesquisa de resultados contínuos sobre os resultados que cada unidade está realmente alcançando por meio da aplicação (ou ignorando) pesquisas básicas na prática.

Esta combinação cria um círculo virtuoso (fig. 1) que começa com estudos sugerindo como o policiamento pode obter os melhores efeitos. A revisão dessas evidências pode levar a diretrizes, levando-se em conta as leis, os princípios éticos e a própria

Figura 1. Policiamento Baseado em Evidências



<sup>2</sup> Usamos aqui o número para chamada das PMs no Brasil. No texto original, aparece o nº 911, equivalente dos EUA (NT).

cultura comunitária. Essas diretrizes especificariam resultados mensuráveis, ou práticas que a polícia deve seguir. Os diferentes graus de sucesso na prática policial podem então ser avaliados pelo rastreamento de resultados ajustados ao risco, ou por resultados medidos durante um período de acompanhamento razoavelmente longo. Esses resultados podem ser definidos por vários indicadores: taxas de delitos por 1.000 habitantes, repetição de vitimização para cada 100 vítimas, reincidência para cada 100 condenados, e assim por diante. A observação de que algumas unidades estão obtendo melhores resultados do que outras poderá ser usada para identificar mais os fatores associados ao sucesso, que podem ser devolvidos como uma nova pesquisa interna para refinar as diretrizes e elevar o nível geral de sucesso da agência. Essa pesquisa também pode ser publicada em revistas nacionais ou, pelo menos, mantida em uma base de dados de agências como memória institucional sobre o sucesso e taxas de falha para diferentes métodos.

### O que há de novo?

Os céticos podem dizer que não há nada de novo no Policiamento Baseado em Evidências e que outros paradigmas já adotam esses princípios. Em um exame mais atento, no entanto, veremos que nenhum outro paradigma contém os princípios para sua própria implementação. Nenhum outro paradigma contém um princípio para as duas exigências: mudar as práticas e medir o sucesso das mudanças a partir de pesquisas de

## *O Policiamento Baseado em Evidências é muito útil para os três novos paradigmas de policiamento proativo.*

resultados com ajuste de risco (como nas taxas de mortalidade por cirurgia de derivação). Nenhum outro paradigma - nem mesmo a estratégia de estatísticas de comparação de crimes computadorizados da NYPD (*Compstat*) (BRATTON and KNOBLER, 1998) - usa evidências científicas para responsabilizar os profissionais pelos resultados em discussões revisadas por pares e até públicas.

O Policiamento Baseado em Evidências é muito útil para os três novos paradigmas policiamento proativo.

a) O Policiamento por Ocorrência (respostas ao 190)<sup>3</sup> não possui, atualmente, qualquer medida de resultados, exceto o tempo fora de serviço. Os policiais que lidam de forma vagarosa com um chamado são por vezes acusados de esquivar-se e os supervisores os exortam a trabalhar mais rápido. Mas ninguém rastreia a taxa de repetição de chamadas por escritório ou unidade para ver quão eficaz a primeira resposta foi na prevenção do futuro problemas. O Policiamento Baseado em

Evidências poderia usar esses resultados para justificar o tempo gasto em cada chamada com base nos resultados médios de um oficial, em vez de emitir uma ordem excessiva para que ele permaneça dentro de um prazo médio. Também poderia colocar mais ênfase em aprender a lidar com cada chamada de forma mais eficaz e preventiva, uma questão que atualmente recebe pouca atenção.

b) O Policiamento Comunitário, embora definido, não está claramente ligado a evidências sobre eficácia na prevenção de crimes. É muito mais sobre como fazer o trabalho da polícia - um conjunto de resultados - do que os resultados desejados. Trabalhar com a comunidade e ouvir e respeitar os membros da comunidade são elementos importantes do paradigma. Mas esse paradigma, por si só, terminou sendo facilmente ignorado por muitos policiais. Já a conquista dos sistemas de responsabilização propostos pelo paradigma do Policiamento Baseado em Evidências poderia realmente tornar a polícia muito mais ativa no trabalho com a comunidade.

<sup>3</sup> This sounds oddly like the pressure for drive-in, drive-out childbirth health insurance now barred by federal law.

c) O Policiamento Orientado para o Problema é claramente a principal fonte de Policiamento Baseado em Evidências. Os escritos de Herman Goldstein (1979, 1990), bem como o modelo SARA<sup>4</sup> de John Eck e William Spelman (1987), enfatizam claramente a avaliação das respostas de resolução de problemas como parte fundamental do processo. No entanto, não há uma declaração clara sobre o uso de evidências científicas na seleção de estratégias para responder a problemas ou no monitoramento da implementação e resultados dessas estratégias (SHERMAN, 1991). Os relatórios sobre o Policiamento Orientado para o Problema até agora produziram poucas evidências, quer de testes controlados quanto de pesquisa de resultados. Como o paradigma enfatiza as características únicas de cada padrão de crime, a abordagem não tem sido usada para responder a situações altamente repetitivas, como agressões domésticas ou rixas. Poucas comparações de diferentes métodos para atacar o mesmo problema foram desenvolvidas. Poucos policiais são até responsabilizados por não implementar um plano de resolução de problemas que eles concordaram em realizar. O Policiamento Orientado para o Problema revolucionou claramente a forma como muitos policiais pensam sobre seus objetivos, afastando-os de um foco estreito em cada incidente para um foco mais amplo de padrões e sistemas.

<sup>4</sup> Sigla para: Scanning, Analysis, Response and Assessment (Escanear, Análise, Resposta e Avaliação) (NT).

Mas, na ausência de pressão de uma abordagem baseada em evidências para avaliar o sucesso e a responsabilidade da administração, o Policiamento Orientado para o Problema foi mantido à margem do trabalho da polícia.

A estratégia do Compstat da NYPD (BRATTON and KNOBLER, 1998) impulsionou o princípio da responsabilidade dos resultados mais longe do que nunca, mas não usou o método científico para avaliar causas e efeitos. Os gestores bem sucedidos são recompensados, mas os métodos bem-sucedidos não são identificados e codificados.

O que o Policiamento Baseado em Evidências acrescenta a esses paradigmas é um novo princípio para a tomada de decisão: evidências científicas. A maioria das práticas policiais, como a prática médica, ainda é moldada pelo costume local, opiniões, teorias e impressões subjetivas. O Policiamento Baseado em Evidências desafia esses princípios de tomada de decisão e cria avaliação sistemática para proporcionar uma melhoria contínua da qualidade na consecução dos objetivos da polícia (ver: HOOVER, 1996). Daí que a inspiração para este paradigma não deriva apenas da Medicina e de seus ensaios randomizados, mas também dos princípios do controle de qualidade na fabricação desenvolvido por Walter Shewhart (1939) e W. Edwards Deming (1986). Esses princípios foram inicialmente rejeitados pelos líderes empresariais dos EUA, mas foram finalmente adotados na década de 1980, depois que as

indústrias japonesas os empregaram para ultrapassar os fabricantes dos EUA na qualidade de seus produtos.

O que faz o policiamento e a Medicina diferentes da fabricação, é claro, é a grande variabilidade na matéria-prima a ser processada: os seres humanos. Isso é o que permite o padrão-ouro das pesquisas de avaliação, o teste controlado randomizado<sup>5</sup>, com sua força e também com suas limitações. A força do projeto de pesquisa, pioneira no policiamento pela *Police Foundation*<sup>6</sup>, é sua capacidade de reduzir a incerteza sobre os efeitos médios de uma política em grande número de pessoas. A limitação do projeto de pesquisa é que não pode escapar à variabilidade em tratamentos, respostas e tipos de execução.

A variabilidade dos tratamentos no policiamento é muito parecida com aquela comum

<sup>5</sup> Testes controlados randomizados são estudos científicos realizados com amostras populacionais aleatórias e com controle de variáveis entre grupos que recebem a intervenção e grupos de controle (que não recebem a intervenção). Mais comuns nas ciências da Saúde, são fundamentais para a medição dos resultados obtidos por programas ou por políticas públicas (NT).

<sup>6</sup> A *Police Foundation* é uma organização independente, não-governamental, criada, nos EUA, em 1970, a partir de uma doação da Fundação Ford. Ela desenvolve pesquisas para o aperfeiçoamento das atividades de policiamento e orienta seu trabalho com base em evidências. Sua missão é a de “desenvolver o policiamento através da inovação e da ciência”, aproximando policiais, pesquisadores, gestores e suas instituições. Seus princípios envolvem o compromisso como o policiamento democrático e com as liberdades civis, ao lado dos esforços para a aplicação da Lei, a investigação dos crimes e o encaminhamento das provas à Justiça. Mais detalhes sobre a *Police Foundation* em: <https://www.policefoundation.org/> O Reino Unido também possui sua *Police Foundation*, fundada em 1979. Ver: <http://www.police-foundation.org.uk/> No Brasil, essas experiências inspiraram a formação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2006 (NT).

aos procedimentos cirúrgicos, o que contrasta fortemente com a prescrição de remédios. Embora o conteúdo químico dos medicamentos seja quase sempre idêntico, o conteúdo processual da cirurgia varia muito. Da mesma forma, o estilo e o tom que cada um dos policiais aporta em seus encontros com a cidadania variam enormemente e podem fazer uma grande diferença no resultado de um caso específico. A dosagem, o tempo e o acompanhamento de ambos, medicamentos e trabalho policial, costumam também variar amplamente na prática.

Mesmo mantendo o tratamento constante, há evidências de que pacientes e pessoas envolvidas com o crime respondem a tratamentos com grandes variações. Algumas dessas respostas, reações alérgicas, podem matar algumas pessoas, enquanto o mesmo tratamento cura a maioria. É sabido que os autores de atos delituosos variam em suas respostas às ações policiais, o que se percebe em uma base individual, mas também a depender de outras variáveis como bairro ou cidade. A implementação de novas práticas baseadas em experiências controladas em Medicina e policiamento, por sua vez, varia de acordo com a forma como os resultados da pesquisa são divulgados, quanta informação é disponibilizada sobre o quanto as práticas policiais realmente mudam e quanto há de reforço quanto à mudança, tanto positivo como negativo.

O Policiamento Baseado em Evidências pressupõe que as experiências por si só não são suficientes. Colocar pesquisas em prática requer tanta atenção à

implementação como às avaliações controladas. Sistemas contínuos para pesquisa de implementação podem fechar um círculo virtuoso para criar o princípio da melhoria da qualidade industrial.

### Como se aplica a um exemplo específico de prática policial?

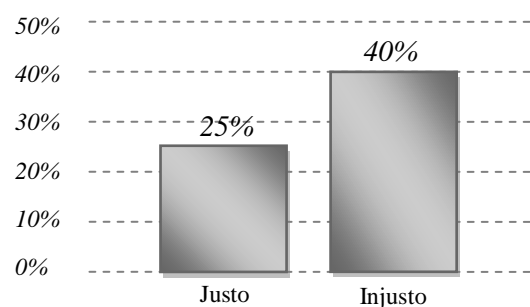
O policiamento da violência doméstica oferece uma clara ilustração do que é novo sobre o paradigma baseado em evidências. A violência doméstica tem sido objeto de mais pesquisas sobre práticas policiais do que qualquer outro problema de criminalidade. A pesquisa provavelmente prejudicou a prática da polícia, pelo menos pelos novos padrões de Medicina baseada em evidências. No entanto, a evidência disponível oferece uma abordagem justa e cientificamente válida para manter as agências policiais, as unidades e os policiais responsáveis pelos resultados do trabalho policial, conforme medido pela repetida violência doméstica contra as mesmas vítimas.

O *National Institute of Justice* (NIJ) e a *Police Foundation* forneceram amplas informações sobre o que funciona para prevenir a violência repetida. A pesquisa também mostrou que, como a cirurgia, as práticas policiais variam muito em sua implementação. Essas variações, na prática, causam resultados diferentes para reincidência contra as vítimas. Mesmo mantendo

a prática constante, as respostas à prisão variam de acordo com o perfil do ofensor, da vizinhança e da cidade. Finalmente, as pesquisas mostram um cumprimento muito fraco das diretrizes de prisão obrigatória após serem adotadas (FERRARO, 1989).

Existem uma gama de prisões em casos de menor gravidade envolvendo violência doméstica. O agressor pode ou não ser algemado, preso na frente da família e vizinhos, tendo a oportunidade de explicar sua versão dos eventos à polícia, ou tratado com cortesia ou descortesia. Essas variações na forma como se efetua a prisão fazem diferença? Sim, de acordo com a teoria dos efeitos da sanção criminal (SHERMAN, 1993), elas fazem muita diferença. Foi assim, por exemplo, em Milwaukee, de acordo com Raymond Paternoster e seus colegas (1997). A evidência de Milwaukee revelou, após controle de outros fatores de risco entre cerca de 800 delinquentes presos, que aqueles que se sentiram tratados de forma não justa e educada pelos policiais quando da prisão eram 60% mais propensos a cometer um ato de violência doméstica relatado no futuro (fig.2). Essa descoberta

Figura 2. Reincidência em violência doméstica e confiança na Polícia



Source: Paternoster, et al.

sugere três maneiras de colocar a pesquisa em prática: 1) mudar as diretrizes para fazer prisões em casos de violência doméstica incluindo elementos que permitam aos suspeitos se sentirem tratados de forma mais justa; 2) responsabilizar a polícia pelo uso dessas diretrizes, comparando taxas de repetição de vitimização associadas a diferentes unidades policiais e 3) calcular essas taxas usando ajustes estatísticos para o nível preexistente de riscos de reincidência.

A pesquisa da NIJ fornece outras evidências sobre as formas em que a polícia pode reduzir a reincidência em casos de violência doméstica. Em vez de uma política genérica, as evidências sugerem diretrizes específicas para serem usadas em diferentes condições. Os suspeitos que estão ausentes quando a polícia chega - como estão em cerca de 40% dos casos - respondem de forma mais eficaz à prisão de mandados do que suspeitos presos em cena (DUNFORD, 1990). Os acusados que estão empregados são mais facilmente dissuadidos pela prisão, enquanto os que estão desempregados geralmente agravam seu comportamento se forem presos do que se forem tratados de outra forma (PATE and HAMILTON 1992; BERK *et al.*, 1992; SHERMAN and SMITH, 1992). Os delinquentes que vivem em áreas urbanas de pobreza concentrada praticam mais crimes se forem presos do que se não forem, enquanto os agressores que vivem em áreas mais afetadas cometem menos ações repetidas se forem presos (MARCINIAK, 1994). Todos esses achados para os casos de prisão por violência

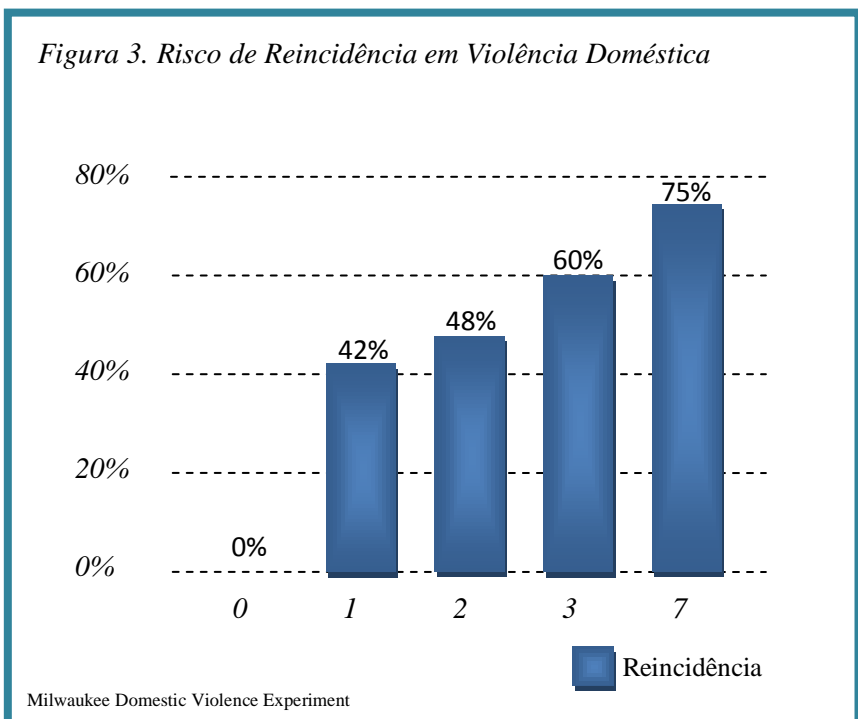
doméstica podem ser alterados por novas pesquisas, mas, no momento, são as melhores evidências disponíveis.

Essas evidências poderiam apoiar diretrizes para o policiamento da violência doméstica que seriam distintas por vizinhança e nos casos de ausência ou presença do ofensor. Também poderiam apoiar diretrizes sobre como ouvir o lado da história dos suspeitos antes de tomar a decisão de prendê-los e sobre como tratar os suspeitos de forma respeitosa. Outras evidências, como o período de alto risco para a repetição da vitimização nos primeiros dias e semanas após o último encontro da polícia (STRANG and SHERMAN 1996), poderiam ser usadas para criar novas estratégias orientadas para o problema. Mais importante, a pesquisa existente pode ser usada para criar um sistema justo para avaliar o desempenho da polícia com base em resultados ajustados pelo risco. Essa evidência (figura 3) mostra

que a probabilidade de uma reincidência está fortemente ligada ao número de infrações anteriores que cada infrator possui.

Uma vez que o risco de reincidência pode ser previsto com razoável precisão, torna-se possível empregar tais previsões como uma referência de desempenho policial. Assim como no caso das taxas de mortalidade pós- cirúrgica de Nova Iorque, os resultados do trabalho policial podem ser controlados pelo nível de risco inerentes ao número de casos que os agentes enfrentam.

Usando uma base de dados em toda a cidade de todos as agressões domésticas, agora com mais de dez mil casos por ano em cidades como Milwaukee, um modelo pode ser construído para avaliar o risco de reincidência em cada caso. A combinação global de casos em cada um dos recintos policiais ou para cada funcionário pode gerar um nível médio de risco para esse número de casos. Cada distrito de patrulha da polícia





pode então ser avaliado de acordo com a taxa real contra a taxa prevista de reincidência a cada ano (fig. 4). Todos os distritos de patrulha da cidade podem então ser comparados com base na diferença percentual relativa entre taxas esperadas e reais de agressão doméstica repetida (fig. 5).

Ao construir sistemas de informação para este tipo de pesquisa de resultados, os departamentos de polícia podem se concentrar em um objetivo que apenas foi medido em experimentos principais. Fazendo o objetivo de policiar cada assalto doméstico, o resultado de uma taxa reduzida de ofensas repetidas em vez da saída de se uma prisão é feita teria vários efeitos. Uma é que a prevenção do crime teria maior atenção do que a retribuição por sua própria causa. Embora nem todos sejam bem-vindos, é consistente com pelo menos a opinião de alguns policiais sobre o propósito da polícia como uma agência de prevenção de crime (BRATTON and KNOBLER, 1998). Outro efeito seria buscar e até mesmo iniciar mais pesquisas sobre o que funciona melhor para prevenir a violência doméstica. No mundo tal como o conhecemos, ninguém no policiamento - do chefe da polícia para o novato - tem qualquer incentivo direto para reduzir a reincidência contra as vítimas conhecidas. Ninguém em policiamento é responsabilizado por realizar, ou mesmo medir, esse objetivo. Como resultado, ninguém sabe se as taxas repetidas de vitimização ficam melhores ou piores de ano para ano. O uso de evidências de resultados para avaliar o desempenho tornaria as práticas policiais muito mais

Figura 4. Observado X Expectativa de Reincidência em Violência Doméstica

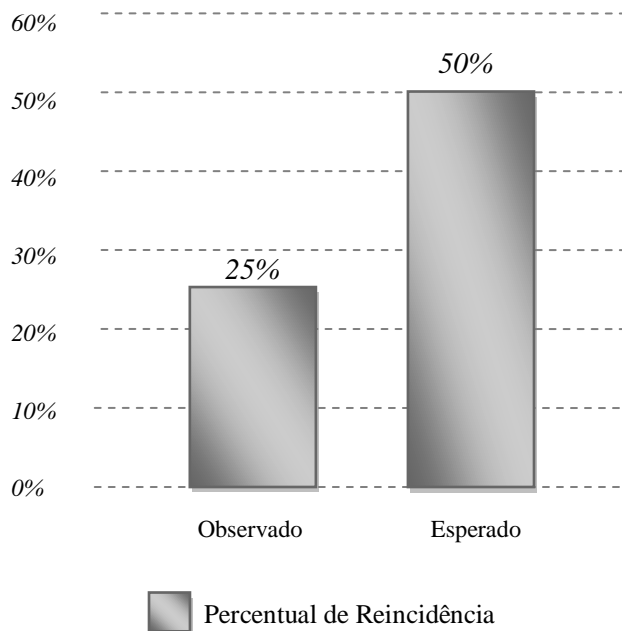
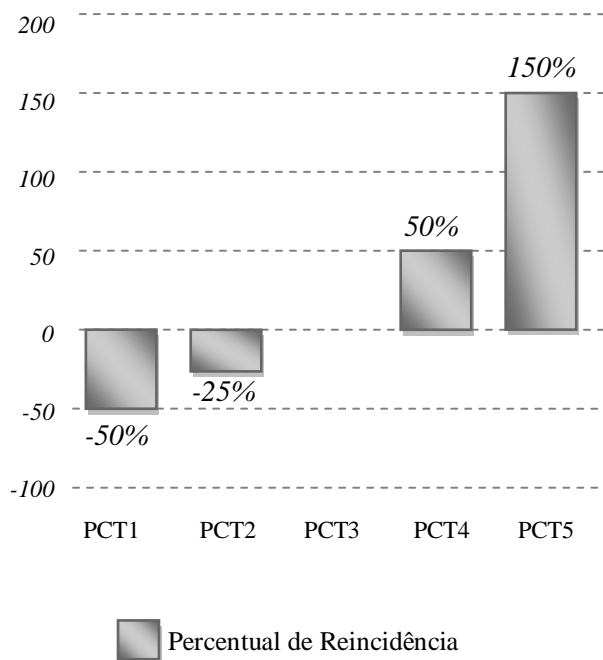


Figura 5. Observado X Expectativa por Distrito Policial



*A vantagem mais importante do policiamento baseado em evidências é que ele contém os princípios de sua própria implementação.*

vitimadas, sendo a principal prioridade a prevenção de novos ataques.

**Como isso pode ser institucionalizado?**

A vantagem mais importante do policiamento baseado em evidências é que ele contém os princípios de sua própria implementação. Os princípios de utilização de evidências para mudar e avaliar a prática podem ser aplicados a uma ampla análise institucional da implementação. Assim, enquanto as mudanças descritas acima teria que ocorrer uma agência policial de cada vez, existem certas forças nacionais que podem ajudar a começar a bola rolando. Isso pode ser visto, por exemplo, nos rankings nacionais das agências de polícia das grandes cidades, bem como dos mandatos nacionais para melhorar os sistemas de dados policiais para fornecer melhores evidências. No entanto, mesmo tais pressões externas não terão sucesso sem evidência interna de policiais para importar, aplicar e criar provas de pesquisa.

Nenhuma instituição provavelmente aumentará voluntariamente sua responsabilidade, exceto sob forte pressão externa. É improvável que

o Policiamento Baseado em Evidências possa ser adotado por um policial simplesmente porque parece ser uma boa ideia. A história da Medicina e da educação baseada em evidências sugere fortemente que os profissionais só farão tais mudanças sob coerção externa. Nada parece fomentar tal pressão tanto quanto o *ranking* de desempenho entre agências (MILLENSON, 1997; STEINBERG, 1998). Assim como várias medidas de desempenho público permitem que os corretores de bolsa classifiquem as empresas de capital aberto e proporcionem essas empresas com fortes incentivos para melhores resultados, a informação pública sobre o desempenho da polícia criaria a maior pressão para a melhoria.<sup>7</sup>

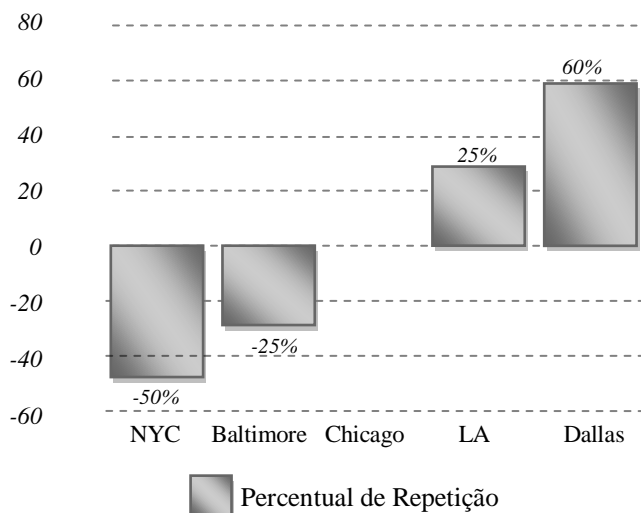
Um exemplo de como os principais departamentos de polícia da cidade podem ser classificados por desempenho pode ser encontrado em suas taxas de homicídios, que já recebem ampla publicidade. O que essas estatísticas não têm, no entanto, é qualquer análise científica do risco

<sup>7</sup> 3 The 1919 results of the first national rankings of hospitals were deemed so threatening that the American College of Surgeons decided to burn the report immediately in the furnace of New York's Waldorf-Astoria Hotel (Millenson 1997, 146).

esperado. O desempenho da polícia não tem nada a ver, pelo menos no curto prazo, com as forças sociais, econômicas, demográficas e do mercado de drogas que ajudam a moldar a taxa de homicídio de uma cidade. Embora o desempenho da polícia também possa afetar essas taxas de homicídio, os outros fatores devem ser levados em consideração. O uso de taxas de homicídio ajustadas ao risco fornece uma indicação de quão bem um departamento de polícia pode estar fazendo coisas como conter armas ilegais, patrulhar *hot spots*, regular bares violentas e mercados de drogas e monitorar as gangues juvenis. Embora a literatura de pesquisa básica forneça cada vez mais uma fonte de orientação para tomar iniciativas contra o homicídio, uma análise de resultados ajustada ao risco (figura 6) indicaria o quão bem essa pesquisa havia sido implementada.

Se uma organização de pesquisa nacional com credibilidade produzisse esses "rankings de ligação" entre os departamentos de polícia das grandes cidades a cada ano (como os rankings de *US News* e *World Report* de faculdades e universidades), o resultado previsível, no curto prazo, seria o de ataques à metodologia utilizada. Isto é, de fato, o que continua ocorrendo em Nova York com as taxas de mortalidade em cirurgias. Mas os *rankings* de Nova York se espalharam para outros estados, e os consumidores os acharam bastante valiosos. Os médicos e a polícia também podem encontrar *rankings* muito valiosos a longo prazo. Ambas as profissões devem

Figura 6. Homicídio por cidade, Atual X Premeditado.



ter um maior respeito público à medida que melhoram para produzir os resultados que seus consumidores desejam.

Quanto mais os indicadores de desempenho influenciarem seriamente o destino das organizações, mais provável será a possibilidade da emergência de práticas irregulares. Exemplos recentes incluem o Serviço Postal dos EUA na Virgínia Ocidental, onde um esquema elaborado para derrotar a auditoria de entrega pontual do correio veio recentemente à tona (McALLISTER, 1998). Outros exemplos incluem professores que ajudam os alunos a trapacear em suas respostas aos testes nacionais de desempenho e, claro, os departamentos policiais que reduzem artificialmente o registro de crimes. A polícia da cidade de Nova York removeu três comandantes nos últimos cinco anos por que eles passaram a contar as ocorrências de forma inadequada para “melhorar” seu desempenho (KOCIENIEWSKI, 1998) e vários chefes de polícia

em outros lugares foram condenados criminalmente por condutas similares.

Independentemente das pressões para corromper os dados, os criminologistas sabem há muito tempo que os registros de crimes pela polícia não são confiáveis, com a possível exceção do homicídio. Para começar, duas agências não classificam os crimes da mesma maneira. O mesmo evento pode ser chamado de agressão agravada em uma agência e de "incidente misto" em outra. A recente decisão do FBI de deixar a Filadélfia de fora do programa nacional de notificação de crimes não foi uma ação isolada. Em 1988, o FBI derrubou silenciosamente todos os números da Flórida e do Kentucky. Uma vez que o FBI não tem recursos para fazer auditorias no local em cada agência policial todos os anos, esses exemplos são apenas a ponta de um iceberg muito grande. Já existem levantamentos de suspeitas de manipulação policial de dados de criminalidade à medida que as taxas de

criminalidade caem em muitas cidades. A pressão mais séria dos rankings nacionais ameaçaria ainda mais a integridade dos dados.

Uma solução viável para este problema é um requisito federal para que os departamentos de polícia mantenham fábricas de CPA<sup>8</sup> para produzir auditorias anuais de seus dados relatados sobre crime. Esse requisito poderia ser imposto como condição para receber fundos federais, assim como muitos outros mandatos federais já fizeram. Antecipando desafios judiciais sobre mandatos não financiados (como o Brady Bill<sup>9</sup>), o Congresso também poderia fornecer fundos para pagar as auditorias. Os padrões de contagem de crimes podem ser estabelecidos nacionalmente pela profissão contábil em colaboração com o FBI. Alternativamente, cada legislatura estadual poderia exigir (ou mesmo financiar) essas auditorias como forma de assegurar a equidade nas classificações de desempenho dos departamentos policiais no estado. As agências estatais, como os centros estatísticos de justiça criminal, também podem produzir tais classificações como um serviço aos contribuintes. Os Estados já têm a opção de gastar fundos federais em tal finalidade sob a ampla categoria de fundos de avaliação.

<sup>8</sup> Sigla para “*Certified public accounting*” – algo como Empresas de contabilidade pública certificadas.

<sup>9</sup> Referência ao *Brady Handgun Violence Prevention Act*, lei aprovada pelo Congresso Americano que introduziu mecanismo de controle sobre a aquisição de armas de fogo. O nome foi uma homenagem a James Brady, assessor baleado na tentativa de assassinato do presidente Reagan em 30 de março de 1981 (NT).

No processo de revitalização da integridade dos dados criminais, seria fundamental reorganizar os sistemas de dados policiais. O mais importante seria a criação de um "quadro médico" para cada vítima do crime. Com registros de pacientes computadorizados, este gráfico mostra o diagnóstico (ofensa descrita) para cada incidente que uma vítima apresenta a uma agência policial, talvez em qualquer lugar do estado. O gráfico também mostra o que a polícia fez em resposta, tudo, desde o levantamento de um relatório de infração até a prisão de um agressor cuja data de liberação da prisão também é mantida, atualizada, na tabela de vítimas computadorizada. Esta ferramenta de informação poderia ajudar a desenvolver muitos métodos policiais proativos para prevenir a repetição da vitimização. Permitir que os funcionários utilizem esses dados para manter seus próprios números para casos de repetição da vitimização (mesmo sem ajustar o risco) podem encorajá-los a se envolver e a se comprometer com um melhor trabalho na prevenção dos crimes.

Também são necessários melhores registros sobre o que a polícia faz sobre o crime de acordo com certos padrões de infrações. As "tabelas médicas" para bares violentos, lojas que foram furtadas ou roubadas várias vezes e outros pontos críticos onde a maioria dos crimes ocorre seriam muito úteis para o Policiamento Orientado por Problemas em curso tentar reduzir a reincidência nesses lugares. Registros semelhantes poderiam ser mantidos sobre um padrão de

*No processo de revitalização da integridade dos dados criminais, seria fundamental reorganizar os sistemas de dados policiais.*

crimes distribuídos em uma área mais ampla, como roubos de máquinas de caixa automático. Se as equipes oficiais ou as unidades identificam esses lugares ou padrões como alvos do crime e designam um grupo de controle, esses prontuários podem se tornar a base para estimar a quantidade de crime que cada unidade da polícia preveniu.

Os computadores também podem ajudar os policiais a implementar diretrizes práticas. Os sistemas de computadores médicos agora oferecem diretrizes de prática recomendadas em resposta a uma lista de verificação de dados, bem como aviso quando às prescrições de medicamentos que caem fora dos parâmetros programados do tipo e dosagem da doença. O uso de computadores portáteis para assessorar os funcionários no campo e para fornecer controles instantâneos de qualidade pode não acontecer em breve, mas o crescimento da pesquisa policial pode torná-lo inevitável no longo prazo. Não se espera que os médicos mantenham grandes quantidades de dados de pesquisa em suas cabeças, nem mesmo diretrizes médicas para cada diagnóstico. Os computadores não substituirão o

bom julgamento, mas eles podem melhorá-lo.

As regras federais também podem exigir que os departamentos de polícia indiquem um criminologista de polícia certificado (seja internamente ou em parceria com uma universidade ou organização de pesquisa), que se tornaria o policial de evidências da agência. Como Scott Weingarten do Cedars-Sinai, o criminologista departamental seria responsável por colocar a pesquisa em prática e depois avaliar os resultados. Se o criminologista é realmente um empregado ou um professor universitário que trabalha em parceria com a polícia pode não importar tanto quanto o papel em si. O criminologista poderia ajudar a desenvolver diretrizes mais eficazes para prevenir a reincidência e poderia desenvolver dados contundentes a partir daquilo que foi esperado versus os resultados reais por tipo de infração para cada distrito da polícia ou unidade de investigação. Um criminologista poderia adicionar o método científico ao processo *Compstat* da NYPD (BRATTON and KNOBLER 1998), fornecendo estatísticas em cada reunião sobre as tendências e padrões de crime de cada patrulha

no distrito (ou mesmo de suas queixas contra funcionários da polícia) em relação ao nível de risco do distrito. Construir a capacidade de importar, aplicar e criar provas dentro de cada agência policial podem ser ingredientes essenciais ao sucesso desse paradigma.

Também podemos descobrir que a distância tradicional entre pesquisadores e funcionários da polícia se reduz quando os pesquisadores fornecem informações gerenciais mais imediatas. Os criminologistas há muito se recusaram a fornecer aos gerentes da polícia dados de informações sobre determinados funcionários, considerando-o contrário à ética da pesquisa básica (HARTNETT, 1998). Ao fornecer finalmente os dados em um formato cientificamente razoável, os criminologistas podem tornar-se muito mais efetivos para estimular a pesquisa na prática.

Os criminologistas também podem atuar na descoberta de que os médicos tendem a mudar as práticas com base na interação pessoal e no retorno reiterado e não em conferências, aulas ou relatórios de pesquisa por escrito (MILLENSON 1997:127-30). Achados similares foram publicados sobre a eficácia dos serviços de extensão agrícola, em que pesquisadores universitários visitam fazendas e mostram aos agricultores novas técnicas para melhorar seus rendimentos de culturas. Eles ecoam um provérbio chinês: “diga-me e eu vou esquecer; mostre-me e vou lembrar; envolva-me e eu vou entender”.

A única prova deste princípio no policiamento até o

momento é a pesquisa de Alex Weiss (1997) sobre como os departamentos de polícia adotam inovações. Com base em uma pesquisa nacional dos chefes da polícia e seus principais assessores, Weiss descobriu que as chamadas telefônicas de agência para agência desempenharam um papel vital na divulgação de novas ideias. Embora os relatórios escritos possam ter completado os telefonemas, o boca-à-boca parece ser a principal maneira pela qual as inovações policiais são comunicadas e adotadas.

O estudo de Weiss sugere a grande importância de reunir mais evidências sobre evidências. A questão empírica para a pesquisa baseada em evidências é: qual tipo de prática funciona melhor para mudar as práticas atuais? Esta postura, inerentemente reflexiva, pode nos levar a comparações empíricas da eficácia de, por exemplo, conferências do NIJ, correspondências em massa de relatórios de pesquisa ou novas abordagens individuais. Um exemplo do último seriam as chamadas telefônicas proativas

*A questão empírica para a pesquisa baseada em evidências é: qual tipo de prática funciona melhor para mudar as práticas atuais?*

para agências policiais nos Estados Unidos, feitas pelos atuais ou antigos policiais. Os “chamadores” poderiam ser treinados por organizações de pesquisa para descrever novos achados. Se as diretrizes de consenso nacional para a prática fossem desenvolvidas por painéis de executivos policiais e pesquisadores, os “chamadores” também poderiam comunicar isso. Outras abordagens que valem a pena testar podem incluir demonstrações de campo na técnica da polícia. Este treinamento não se basearia na experiência, como é o atual sistema de treinamento de campo, mas sim com base em evidências de que o método que está sendo demonstrado foi comprovadamente efetivo na redução do processo de reincidência.

## Conclusão

O teste dos resultados deste paradigma pode não ser adotado este ano ou em vinte anos. Como Lord Keynes sugeriu, a influência das ideias pode ser muito mais glacial do que vulcânica. A pressão por melhores resultados está no espírito da época, e a polícia não poderá escapar disso por muito tempo. Todo esse trabalho é adicionar uma pioleta à geleira, para que possamos dizer do policiamento o que o Dr. William Mayo, da Clínica Mayo, disse sobre sua profissão há quase um século: "A glória da Medicina é que ela está constantemente avançando, que sempre há algo a aprender".

## Referências

- BERG, A.O. *Variations among family physicians' management strategies for lower urinary tract infections in women: A report from the Washington Physicians' Collaborative Research Network.* **Journal of the American Board of Family Practice** (September– October): 327–30, 1991.
- BERK, Richard A.; CAMPBELL, Alec; KLAP, Ruth and WESTERN, Bruce. *The deterrent effect of arrest in incidents of domestic violence: A Bayesian analysis of four field experiments.* **American Sociological Review** 57: 698-708, 1992.
- BRATTON, William and KNOBLER, Peter. **Turnaround:** How America's top cop reversed the crime epidemic. New York: Random House, 1998.
- CARTE, Gene, and CARTE, Elaine. **Police reform in the United States:** The era of August Vollmer. Berkeley: University of California Press, 1975.
- CHEIT, Earl. **The useful arts and the liberal tradition.** New York: McGraw-Hill, 1975.
- DEMING, W. Edwards. **Out of the crisis.** Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, Center for Advanced Engineering Study, 1986.
- DUNFORD, Franklyn. *System-initiated warrants for suspects of misdemeanor domestic assault: A pilot study.* **Justice Quarterly** 7: 631–53, 1990.
- ECK, John, and SPELMAN, William. **Problem-solving:** Problem-oriented policing in Newport News. Washington, D.C.: Police Executive Research Forum, 1987.
- FERRARO, Kathleen J. *Policing woman battering.* **Social Problems** 36: 61–74, 1989.
- GOLDSTEIN, Herman. *Improving policing: A problem-oriented approach.* **Crime and Delinquency** 25: 236–58, 1970.
- . **Problem-oriented policing.** New York: McGrawHill, 1990.
- HARTNETT, Susan. *Address to the Third National Institute of Justice Conference on Police Research Partnerships,* February, 1998.
- HODGE, Melville H. *Direct use by physicians of the TDS Medical Information System.* In: **A History of Medical Informatics,** edited by Bruce I. Blum and Karen Duncan. New York: ACM, 1990.
- KOSECOFF, Jacqueline, *et al.* *Effect of the National Institutes of Health Consensus Development Program on physician practice.* **Journal of the American Medical Association,** 258 (November 20): 2708–13, 1987.
- McALLISTER, Bill. *A “special” delivery in West Virginia: Postal employees cheat to beat rating system.* **Washington Post,** 10 January, A1, 1998..
- MARCINIAK, Elizabeth. *Community policing of domestic violence: Neighborhood differences in the effect of arrest.* Ph.D. diss., University of Maryland, 1994.
- MILLENSON, Michael L. **Demanding medical excellence:** Doctors and accountability in the information age. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- OFFICE OF TECHNOLOGY ASSESSMENT OF THE CONGRESS OF THE UNITED STATES. **The impact of randomized clinical trials on health policy and medical practice.** Background paper OTA-BP-H-22. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1983.
- PATE, Antony M., and HAMILTON, Edwin E. 1992. *Formal and informal deterrents to domestic violence: The Dade County Spouse Assault Experiment.* **American Sociological Review** 57: 691– 98.
- PATERNOSTER, Ray; BRAME, Bobby; BACHMAN,

- Ronet and SHERMAN, Lawrence W. *Do fair procedures matter? Procedural justice in the Milwaukee Domestic Violence Experiment.* **Law and Society Review**, 1997.
- RASPBERRY, William. 1998. *Tried, true and ignored.* Washington Post, 2 February, A19.
- SACKETT, David L. and ROSENBERG, William M.C. *On the need for evidence-based medicine.* **Health Economics** 4: 249–54, 1995.
- SHERMAN, Lawrence W. *Experiments in police discretion: Scientific boon or dangerous knowledge?* **Law and Contemporary Problems** 47, no. 4: 61–81, 1984.
- . **Policing domestic violence: Experiments and dilemmas.** New York: Free Press, 1992.
- . *Defiance, deterrence and irrelevance: A theory of the criminal sanction.* **Journal of Research in Crime and Delinquency** 30: 445–73, 1993.
- and SMITH, Douglas A. *Crime, punishment and stake in conformity: Legal and informal control of domestic violence.* **American Sociological Review** 57, 1992.
- SHEWHART, Walter A. **Statistical methods from the viewpoint of quality control.** Edited by W.E. Deming. Lancaster, Pennsylvania: Graduate School of the U.S. Department of Agriculture, 1939.
- SPARROW, Malcolm; MOORE, Mark; and KENNEDY, David. **Beyond 911: A new era for policing.** New York: Basic Books, 1990.
- STEINBERG, Jacques. *Public shaming: Rating system for schools: Some states are finding that humiliation leads to improvement.* New York Times, 7 January, A19, 1998.
- STRANG, Heather and SHERMAN, Lawrence W. *Predicting domestic homicide.* Paper presented to the American Association for the Advancement of Science, January, in Baltimore, Maryland. U.S. Congress. House. 104th Congress, 1st sess., H. Rept. 104-387, sec. 116, 1996.
- WEISS, Alexander. *Diffusion of innovations in police departments.* Ph.D. diss., Northwestern University. Zuger, Abigail. 1997. *New way of doctoring: By the book.* New York Times, 16 December, C1, 1992.

## SOBRE A POLICE FOUNDATION

A Police Foundation, é uma Fundação norte-americana sem fins lucrativos, não partidária e independente, criada em 1970 pela Fundação Ford com a missão de produzir avanços na Segurança Pública e de forma mais específica na atuação das polícias através da inovação e da ciência. Em quase cinco décadas foi uma das mais importantes catalisadoras de mudanças significativas na área de policiamento e organização das polícias, em um espírito de colaboração entre líderes policiais, pesquisadores acadêmicos, governos locais, estaduais e federal e membros da comunidade. Nos anos 1970, a Police Foundation realizou os primeiros experimentos científicos sobre policiamento e é hoje uma das mais importantes referências mundiais na área.

## SOBRE O INSTITUTO CIDADE SEGURA

O Instituto Cidade Segura é uma organização da sociedade civil que tem por objetivo produzir sinergia para uma nova visão de segurança pública por meio da criação de espaços de diálogo e de ações efetivas com base em conhecimento científico voltado a qualificar as políticas públicas para reduzir a violência. Com base em produção de conhecimento, promoção de engajamento e políticas públicas, o Instituto desenvolve atividades com diferentes setores da sociedade em busca de novas alternativas para a Segurança Pública nas cidades e Estados.